

BOLETIM 1473

Brasília (DF), 16 de outubro de 2026

VITÓRIA HISTÓRICA!

Senado aprova e Congresso já promulga fim da escala 6x1 com presença de Lula. CONTRICOM presente!

Com dois dias de descanso semanal e sem redução salarial, nova regra começa a valer em dezembro, embora com uma regra de transição. Mudança encerra reivindicação histórica dos trabalhadores e reforça bandeira eleitoral de Lula às vésperas do 2º turno das eleições presidenciais. Medida garante mais tempo aos trabalhadores para a família, o estudo, a qualificação e o lazer

Depois da aprovação pelo Senado Federal, na última quarta-feira (14) à noite, pela quase unanimidade dos senadores, o Congresso Nacional promulgou nesta sexta-feira (16) a emenda constitucional que acaba com a escala 6x1 e reduz gradualmente a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A sessão foi conduzida pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), com a presença do presidente Lula (PT) e do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).



A cerimônia teve clima de comemoração, com gritos e manifestações de entusiasmo dos presentes

CONTRICOM PRESENTE!



Ao lado de outros dirigentes de confederações nacionais de trabalhadores e de centrais sindicais, a CONTRICOM marcou presença na votação da matéria no Senado Federal e também durante a promulgação da Emenda Constitucional pelo Congresso Nacional. O presidente do STICOMBE Brasília, Raimundo Salvador (**foto no destaque**), também dirigente da CONTRICOM, representou a entidade e destacou “a importância histórica da conquista, chamando a atenção para a necessidade de garantir para as diversas categorias de trabalhadores a incorporação da medida nos acordos e convenções coletivas de trabalho”.

O presidente da Confederação, Reinaldim Barboza Pereira, acompanhou a votação e a promulgação da PEC e também comemorou: “é uma conquista histórica, pois há 40 anos lutamos por esse objetivo, que é garantir melhor qualidade de trabalho e de vida aos nossos trabalhadores e trabalhadoras!”.

O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos mais antigos defensores da redução da jornada de trabalho no Congresso, foi homenageado durante a solenidade por sua trajetória em defesa dos direitos trabalhistas. Paim foi chamado por Alcolumbre a compor a mesa dos trabalhos.

A presença de Lula, incomum em cerimônias de promulgação de emendas constitucionais, deu dimensão política ao evento. Após Alcolumbre assinar a Emenda Constitucional 141/2026, Lula levantou a Constituição, gesto que remeteu ao ato de Ulysses Guimarães durante a promulgação da Constituição em outubro de 1988.

O fim da escala 6x1 tornou-se uma das principais bandeiras de sua campanha à reeleição, a nove dias do segundo turno contra Flávio Bolsonaro (PL). A cerimônia também foi marcada pela promulgação da emenda constitucional que garante aposentadoria especial a agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de combate a endemias.

Em discurso após a promulgação da Emenda Constitucional do fim da escala 6x1, o presidente Lula (PT) rebateu críticos à medida e afirmou que a nova escala de trabalho fará o trabalhador viver mais.

Segundo Lula, ao longo da história do Brasil, empresários sempre se posicionaram contra benefícios aos trabalhadores, como férias e décimo terceiro salário, alegando que eram prejudiciais à economia, mesmo argumento usado por eles agora.

Lula também disse que o dia de hoje mostra que "a democracia vale a pena". "Hoje mostra a vontade de um povo que foi para a rua, como nunca tinha ido [antes]", prosseguiu. A



referência é às manifestações em favor da sua reeleição, que aconteceram no último final de semana em cidades como São Paulo e Rio. Os participantes levaram às ruas a reivindicação de que o fim da 6x1 fosse aprovado —o Senado ainda não tinha votado a proposta.

DIGNIDADE AO TRABALHADOR

O presidente do Congresso classificou a sessão como histórica. "A partir de hoje a Constituição garante a cada trabalhador e a cada trabalhadora o direito a dois dias semanais de descanso remunerados", afirmou. Segundo ele, a medida tem "valor incalculável".

"É uma conquista enorme que dá dignidade ao trabalhador. Gostaria de cumprimentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cuja presença nesta sessão reforça imensamente a importância deste momento para o país. Foi preciso coragem de enfrentar um assunto que tanta gente preferia deixar para depois", disse o senador.

Ainda em seu discurso, Alcolumbre afirmou que o Legislativo "escolheu o caminho certo, não o caminho fácil". "Escolheu discutir, ouvir e decidir. Essa coragem é fruto de um esforço verdadeiramente coletivo, como manda a nossa democracia. [...] O diálogo entre as duas Casas permitiu transformar reivindicações antigas em conquistas concretas", declarou.



CONSTRUÇÃO COLETIVA

Hugo Motta qualificou o fim da escala 6x1 como a "principal conquista da classe trabalhadora do Brasil dos últimos anos". Ele concentrou sua fala na defesa da redução da jornada, na construção política que permitiu a aprovação da proposta e nas medidas negociadas para os microempreendedores individuais. O presidente da Câmara afirmou que o Congresso decidiu enfrentar um tema que, segundo ele, não passava por uma revisão estrutural desde a Constituição.

"Por trás desse número estão homens e mulheres que acordam antes do amanhecer, atravessam cidades inteiras e dedicam grande parte de seus dias ao trabalho. Pessoas que muitas vezes têm apenas um dia da semana para conciliar descanso, família, saúde, estudo e tudo mais que a vida exige."

O QUE MUDA PARA OS TRABALHADORES

A emenda, originada da PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), garante dois dias de descanso remunerado por semana, sem redução salarial. As mudanças serão graduais: em 16 de dezembro, a jornada máxima cairá para 42 horas semanais e, um ano depois, para 40 horas. O limite de oito horas diárias será mantido.

Acordos coletivos poderão estabelecer regimes excepcionais, desde que garantam, em média, dois dias de descanso por semana ao longo do mês e pelo menos uma folga a cada sete dias. Os dias de descanso não precisam ser consecutivos.

A medida também beneficia trabalhadores que já têm duas folgas semanais, mas cumprem 44 horas. Segundo estudo do Ipea citado no parecer do Senado, mais de 31 milhões

de vínculos formais tinham jornada contratual de 44 horas em 2023, embora nem todos adotassem a escala 6x1.

Na prática, a mudança constitucional garantirá aos trabalhadores, hoje submetidos a uma jornada de trabalho exaustiva, responsável, comprovadamente, ainda, por elevados índices de acidentes de trabalho e adoecimento laboral, mais tempo para a convivência familiar, o estudo e a qualificação, e o lazer.

VITÓRIA ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO

A proposta foi aprovada em dois turnos no Senado, na quarta-feira (14), por 75 votos a um em cada votação. Apenas Hamilton Mourão (Republicanos-RS) votou contra. Flávio Bolsonaro apoiou o texto, apesar de críticas anteriores, e o PL liberou sua bancada. Outros quatro senadores não participaram da votação: Ciro Nogueira (PP-PI), Marcio Bittar (PL-AC), Rogério Marinho (PL-RN) e Sergio Moro (PL-PR).

Lula havia comemorado a aprovação como resultado da mobilização popular. "Não foi uma conquista burocrática, foi uma conquista que saiu da rua e de um desejo histórico do povo trabalhador", afirmou.

UMA REIVINDICAÇÃO DE QUASE 40 ANOS

Na ocasião, o Congresso diminuiu o limite de 48 para 44 horas, diante da resistência de setores empresariais e de parlamentares preocupados com os custos da mudança. Foi a última redução constitucional da jornada de trabalho no Brasil.

Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da Agência Câmara/Senado



FETRACONSPAR reúne Diretoria e Conselho de Representantes em Guaíra

A FETRACONSPAR (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná) realizou, nesta quinta-feira (15 de outubro de 2026), as reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes, nas dependências do Trento Hotel Guaíra, em Guaíra (PR). A atividade foi coordenada pelo presidente da entidade, Reinaldim Barboza Pereira, que também preside a CONTRICOM.

Convocadas pelo presidente da Federação, as reuniões contaram com a ativa participação de diretores e delegados representantes dos sindicatos filiados *(fotos)*.

Assim com os anteriores, a reunião teve como objetivo avaliar a gestão financeira da entidade, alinhar o planejamento de ações para 2027 e deliberar sobre questões estratégicas para o movimento sindical. Entre os principais temas da pauta estão:

- * Apreciação e votação do Balanço Financeiro e Patrimonial de 2025 e da Previsão Orçamentária para o exercício de 2027, acompanhados dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal;
- * Planejamento do XXXV Seminário de Dirigentes Sindicais e definição do calendário de atividades, reuniões e negociações coletivas para 2027;
- * Encaminhamentos relacionados à campanha salarial das datas-base de maio e junho, além de deliberações sobre a participação no Congresso da ICM e filiações ao FSC;
- * Modernização da infraestrutura e dos serviços da entidade, incluindo discussões sobre o aplicativo da Federação e a incorporação de novas tecnologias.



Fonte: FETRACONSPAR

Centrais sindicais defendem Lula e ampliação do diálogo no segundo turno

Nota assinada por oito lideranças pede correção de rumos na campanha, fortalecimento das alianças e aproximação com eleitores de outros candidatos

Em sua primeira manifestação unitária após o primeiro turno das eleições presidenciais, oito centrais sindicais defenderam a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin e fizeram um chamado à ampliação do diálogo com a sociedade. Divulgado nesta terça-feira (6), o documento também propõe reconhecer as limitações da campanha e corrigir rumos para o segundo turno.

Intitulada “Dialogar, ampliar alianças e defender o futuro do Brasil”, a nota afirma que estão em disputa dois projetos: um que valoriza o trabalhador e apoia sua ascensão e outro que considera o empobrecimento e a desigualdade consequências aceitáveis da manutenção de privilégios.

As entidades associam a eleição de Lula ao fortalecimento da atuação do Executivo junto ao Congresso Nacional em defesa de reivindicações trabalhistas, como o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução salarial.

Reconhecer limitações e corrigir rumos - O documento pede uma avaliação do resultado das urnas e da própria atuação na campanha. “É hora de recalibrar, reconhecer quais foram as limitações e corrigir rumos”, afirmam as lideranças.

Para as centrais, é necessário explicar melhor os projetos de desenvolvimento em disputa, ouvir mais a população e fortalecer as relações políticas que assegurem amplitude à aliança.

A nota também defende que a campanha ultrapasse sua base de apoio. “É preciso romper a bolha e olhar para o conjunto da sociedade, e não apenas para partes dela, compreendendo quais temas nos unem e quais nos dividem”, destaca o texto.

No campo político, as centrais defendem a reconstrução de pontes com lideranças e partidos que estão além da atual aliança em torno de Lula e Alckmin. “Agora é a hora da grande política”, afirmam.

Ao concluir, as organizações sustentam que as conquistas necessárias à classe trabalhadora e ao povo estão alinhadas ao projeto de Lula e Alckmin e alertam: “O futuro do Brasil e dos brasileiros está em jogo!”

Flávio Bolsonaro não defende trabalhador, ele só quer o seu voto

Em outra nota, as centrais alertam que a mudança de posicionamento de Flávio Bolsonaro sobre o fim da escala 6x1 é questionável já que suas propostas de governo apontam para o enfraquecimento dos direitos

Há apenas cinco meses, em maio de 2026, Flávio Bolsonaro criticou a proposta que prevê o fim da escala 6x1 durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e defendeu uma jornada flexível: “Por que não é o trabalhador que, conforme as suas necessidades, é quem pode escolher sua jornada de trabalho? Muitas pessoas querem trabalhar mais, e a PEC [do fim da escala 6x1] pode engessar quem quer trabalhar mais”, diz a nota.

Sabemos, porém, que não é assim que a economia funciona. O trabalhador, sozinho, não tem condições de negociar jornada, salário e direitos diretamente com o patrão em igualdade de condições. A necessidade de manter o emprego limita seu poder de negociação e dificulta a conquista de melhores condições de vida.



Lula leva 1 milhão à Paulista, anima militância e convoca virada

A Avenida Paulista se transformou em um mar de gente e em um termômetro do ânimo da campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com cerca de 1 milhão de pessoas, o ato batizado de “Marcha pela Democracia” e “Dia 11, a aula é nas ruas” mostrou uma base mobilizada, diversa e combativa, misturando estudantes, movimentos sociais, partidos de esquerda e comunidades de fãs de artistas.

A mobilização em São Paulo marca o início da ofensiva da campanha no Sudeste. Nos próximos dias, Lula seguirá com atos temáticos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A região soma quase 40% do eleitorado nacional e deu vantagem ao presidenciável Flávio Bolsonaro no primeiro turno. A mensagem das ruas de São Paulo foi clara: a tropa está animada, organizada e pronta para a batalha final.

O chamado aos 30 milhões - Em seu discurso, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), Lula fez um balanço de sua trajetória e traçou o plano de governo para um futuro focado na

revolução tecnológica, na inteligência artificial e na segurança pública. Mas o recado final foi um chamado direto à responsabilidade individual de cada eleitor.

“Nós tivemos quase 30 milhões de pessoas que não foram votar”, disse Lula, referindo-se à abstenção no primeiro turno. “Nós temos a obrigação de conversar com as pessoas. Se o Lula, com 81 anos de idade, está com a saúde que tá, é porque eu quero provar que a idade não faz a gente ficar velho. O que faz a gente ficar velho é a falta de motivação, é a falta de compromisso”, agregou o presidente, que prometeu transformar o Brasil em uma grande nação.

Fonte: Portal Vermelho

Plano de Flávio ameaça benefícios previdenciários para gestantes de alto risco

Prometendo cortes de gastos e redução drástica da estrutura do Estado caso seja eleito, o programa de governo de Flávio Bolsonaro é uma ameaça a direitos já conquistados pelos brasileiros, como ajuda a gestantes, programas de controle de saúde mental no trabalho, além de direitos trabalhistas e previdenciários, aliás, como ocorreu amplamente no governo do seu pai, Jair Bolsonaro.

O programa não especifica quais regras seriam mantidas ou mudadas, mas promete “ampla revisão normativa infralegal” na gestão pública e nas áreas tributária, previdenciária e trabalhista para eliminar o que classifica como “excesso de regras que trava a economia e encarece a máquina”. Na prática, isso significa uma “ampla” revisão de decretos, portarias e outras normas que hoje regulamentam esses e outros direitos previstos em lei.

Fonte: Portal Hora do Povo

Kassio atende Flávio e suspende circulação de jornal de sindicato

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, mandou suspender a circulação de um jornal do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo (Sindipetro Unificado).

A decisão foi tomada em sigilo, na semana passada, após a campanha do candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) alegar que o sindicato teve sua estrutura usada para propaganda eleitoral, ato ilegal de acordo com a legislação eleitoral. Cerca de 30 mil exemplares foram impressos.

Na publicação questionada, o sindicato escreveu as razões pelas quais entende que eventual vitória de Lula seria melhor para os trabalhadores da Petrobras.

Ao concordar com as argumentações apresentadas pela campanha de Flávio, Kassio determinou a suspensão imediata da distribuição do jornal impresso e por meio digital e o recolhimento dos exemplares que ainda não foram distribuídos.

"A concessão da tutela torna-se necessária para cessar a distribuição de propaganda eleitoral irregular e reduzir os efeitos do eventual emprego de recursos de fonte vedada na disputa eleitoral", justificou.

Em caso de descumprimento, foi estipulada uma multa de R\$ 10 mil.

Censura - Em nota à imprensa, o Sindipetro Unificado classificou a medida como censura e um "ataque à liberdade de expressão".

"Impedir a circulação de uma publicação dedicada a discutir os rumos da Petrobras representa cerceamento da liberdade de expressão e do direito à informação", declarou a entidade.

Fonte: Agência Brasil

BC cria indicador para acompanhar reajustes salariais negociados

O Banco Central (BC) passará a divulgar mensalmente um novo conjunto de indicadores sobre reajustes salariais negociados em convenções coletivas de trabalho. A iniciativa deve ampliar a capacidade de monitorar as condições do mercado de trabalho e seus efeitos sobre a inflação.

Com base em informações do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador), do Ministério do Trabalho e Emprego, os indicadores mostrarão os percentuais de reajustes negociados e a proporção de acordos que resultaram em aumentos acima, abaixo ou em linha com a inflação.

As estatísticas incluirão os reajustes nominais, que representam o aumento dos salários em valores correntes, e os reajustes reais, que descontam a inflação e indicam se houve ganho efetivo de poder de compra para os trabalhadores.

A nova base permitirá ao BC acompanhar com maior precisão o comportamento das negociações salariais e avaliar como as condições do mercado de trabalho influenciam a dinâmica dos salários.

Estudo divulgado pelo BC mostra que ganhos reais de salário tendem a ser mais frequentes em períodos de mercado de trabalho aquecido e de baixa taxa de desemprego.

De acordo com a autoridade monetária, esse movimento foi observado entre 2012 e 2014 e voltou a aparecer a partir de 2023, quando cresceu a proporção de convenções coletivas com reajustes acima da inflação.

Segundo a análise, os reajustes negociados mantêm forte relação com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).



Demonstrativo de salário afasta pejetização e gera vínculo empregatício, diz juiz

A elaboração de demonstrativos internos pelo tomador de serviços que registram pagamentos como salário, sem emissão de notas fiscais, afasta a tese de contratação civil e comprova a fraude na pejetização. A qualificação formal dada pelas partes não prevalece sobre a realidade do contrato de trabalho.

Com base neste entendimento, o juiz substituto Celismar Coêlho de Figueiredo, da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia, reconheceu o vínculo de emprego de uma gerente e condenou duas distribuidoras de pneus em recuperação judicial, de forma solidária, ao pagamento de verbas rescisórias e à integração de comissões.

Em sua defesa, as empresas admitiram a prestação de serviços da autora, mas afirmaram que elas decorreram de relação com a pessoa jurídica da mulher. De acordo com as rés, não havia subordinação, controle de jornada ou pessoalidade.

Registros mostraram o contrário - Ao analisar o caso, o magistrado explicou que, no caso, era dever das empresas demonstrar que a relação com a autora era estritamente civil e não

trabalhista. Isso, no entanto, não ocorreu. Ele apontou que a empresa registrou pagamentos mensais de R\$ 8 mil intitulados como “salário” e que ela era referida em documentos como “gerente de loja”. Além disso, não havia sequer indicação de emissão de nota fiscal pela pessoa jurídica da mulher.

“Os controles elaborados pelas próprias rés não retratam uma empresa independente contratada para entrega de determinado resultado, mas pessoa física identificada nominalmente, vinculada a função específica dentro da organização empresarial, remunerada mensalmente e, em determinados documentos, mediante parcela classificada pela própria empregadora como salário”, destacou o juiz.

O juiz explicou, por fim, que a autonomia normal das funções gerenciais não afasta a subordinação jurídica. A maior liberdade decorre do cargo, mas não representa, por si só, independência empresarial. Por isso, ele reconheceu o vínculo de emprego e, também, que o fim da relação entre as partes ocorreu por iniciativa exclusiva da empresa, sem justa causa. Assim, determinou o pagamento das verbas rescisórias devidas.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO